

**JANET NUNES OKONSKI**

**A CONTRIBUIÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA, NO PROCESSO  
DE REABILITAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL**

Monografia apresentada ao Curso de  
Pós-Graduação na Área de Deficiência Visual  
da Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Leila Juliette Kaló

**CURITIBA  
1995**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>1</b>
1. JUSTIFICATIVA.....	1
1.1 <i>O Problema</i> .....	4
1.2 <i>Questões Norteadoras</i> .....	5
2. OBJETIVOS .....	9
2.1 <i>Objetivos Gerais</i> .....	9
2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	10
3. METODOLOGIA.....	10
4. DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	12
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>14</b>
1. FATORES DE ORGANIZAÇÃO E HISTORIEZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	14
1.1 <i>Origem e História da Instituição</i> .....	14
1.2 <i>Caracterização Física e Composição Organizacional</i> .....	15
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>19</b>
1. FATORES DE ORDEM SOCIAL E PSICOLÓGICA.....	19
2. PRINCÍPIOS PSICOPEDAGÓGICOS E OS MECANISMOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO .....	23
2.1 <i>Efeitos psicológicos e pedagógicos</i> .....	23
2.2 <i>Programa de Amparo</i> .....	25
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>28</b>
1. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES PRATICADAS PELA INSTITUIÇÃO .....	28
1.1 <i>Avaliação no âmbito da dimensão social e psicológica</i> .....	28
1.2 <i>Avaliação no âmbito da Dimensão de Aprendizagem Cognitiva - Análise crítica</i> .....	31
<b>ANEXO I</b> .....	<b>34</b>
1.3 <i>A Metodologia de Avaliação</i> .....	34
<b>ANEXO II</b> .....	<b>38</b>
1.4 AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA INSTITUIÇÃO .....	38
1.5 CONCLUSÃO .....	41
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>42</b>

### **Agradecimentos:**

À presidência e à equipe técnica-administrativa do Instituto Paranaense de Cegos que possibilitaram a realização do presente trabalho.

À professora Gilda Moreira Weiss pela orientação, compreensão e colaboração na execução desta monografia.

## MONOGRAFIA

### INTRODUÇÃO

Tema: A Contribuição de uma Instituição Filantrópica, no Processo de Reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência Visual.

### CAPÍTULO I

#### *1. Justificativa*

O tema apresentado foi escolhido, levando em conta o conhecimento da realidade de uma Instituição Filantrópica, sem fins lucrativos, o Instituto Paranaense de Cegos.

Instituição de natureza social privada, acrescida da responsabilidade de promover a prática da educação especial, tendo em vista sua clientela constituída de pessoas portadoras de cegueira, deficiência visual e deficiência múltipla.

Realidade esta, que suscita indagações, estimula o questionamento e gera a polêmica, desafiando a teoria dos conceitos sociais e a prática da Institucionalização.

Isto porque, nos deparamos com uma estrutura de funcionamento e atendimento frágil e despreparada fortemente influenciada pelos sistemas padronizados, ficando portanto, o assistencialismo expressivamente determinado.

A dimensão das instituições nasce de contrastes entre costumes e leis; chamam a atenção para estas dimensões, aspectos significativos das normas sociais.

No contexto desta caracterização, estarão em jogo as relações interpessoais, que não se produzem entre desconhecidos, como se estivessem no deserto.

As relações interpessoais desenvolvem-se em contextos sociológicos. Têm as Instituições como moldura e dependem muito estreitamente da cultura particular em que aparecem.

Cada Instituição concreta, depende, segundo sua definição institucional, de uma outra divisão, que abrange domínios da realidade social.

O domínio da realidade social estará preso a conceituação do que seja a sociedade, sua organização em grupo e a identificação do elemento no grupo e, do grupo.

No domínio de sua realidade social, esta Instituição de natureza filantrópica e assistencialista pelas suas origens, mantém na ordem de seu funcionamento vínculo comunitário com pessoas físicas que representam a sociedade curitibana e paranaense, na condição de expressivos colaboradores da manutenção econômica e de significativa influência sobre o processo social e educativo da clientela ali abrigada e assistida.

Levando-se portanto, em conta, que a maior ou menor importância atribuída a uma instituição, depende de uma situação e historicização no contexto de uma forma específica; que o que deve contar, não é tanto a importância atribuída à Instituição, mas o grau de elaboração de um pensamento político que ela veicula, captando nela quem a patrocina e o grau de eficácia pelo qual se torna instrumento de obstaculização e facilitação da transformação social, devemos entender que não podemos nos furtar a divulgação de experiências que podem contribuir para a reflexão, a tomada de iniciativas cabíveis, endereçadas a uma clientela com diferentes interesses, necessidades e dificuldades, estreitamente ligados à condição de pessoa portadora de cegueira e deficiência visual, e em alguns casos, múltiplas deficiências.

Constituída de uma clientela de faixa etária de 06 a 90 anos, vivendo em regime de internato e semi-internato, a Educação Especial toma seu lugar na dimensão da realidade social que a Instituição legitimamente representa.

Pessoas portadoras de cegueira e deficiência visual, de diferentes regiões de nosso Estado e nosso País, acorrem à Instituição na esperança de não só sobreviver, mas sobretudo adaptar-se a uma nova situação da vida, e usufruir dos benefícios que metas da Educação Especial oferecem.

Assim sendo, esta monografia, tem como finalidade constituir fecunda maiêutica e construtivo diálogo em torno das problemáticas que envolvem esta Instituição, demonstrando teoricamente o que pode representar a experiência vivenciada, dentro de um sistema institucionalizado, e a percepção de uma linha em permanente confronto entre a teoria e a prática.

Em função do exposto, a monografia em questão, deverá caracterizar propostas de atendimento dentro dos padrões normativos da modernidade, estabelecendo um paralelo, entre a função social e a função psicopedagógica da Instituição que abriga clientela de pessoas portadoras de cegueira, deficiência visual e múltipla deficiência.

A proposta de Reabilitação e Reintegração só poderá ocorrer de forma adequada e compatível com critérios da Educação Especial, mediante uma programação objetiva e de qualidade.

Esta qualificação estará condicionada aos métodos e recursos que deverão ser empregados para a agilização de uma aprendizagem associada ao grau de dificuldade e comprometimento visual de cada um, respeitando suas dificuldades e necessidades de ordem afetiva e emocional.

Os princípios psicopedagógicos comprovam que devemos ter em mente que as necessidades biológicas e psicossociais, estão interligadas, e que estas mesmas necessidades sofrem transformações à medida que a pessoa portadora de deficiência cresce e desenvolve.

Dentro destes princípios não omitir que o deficiente visual, defronta-se com problemas da vida em comum, como qualquer ser humano em desenvolvimento.

A estabilidade e a consistência são de grande importância na educação do “deficiente visual” bem como, seu ajustamento, sua limitação, amadurecimento social, atividades de caráter social, relacionadas com conceitos de família, comunidade, sociedade, atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Toda a programação e proposta defendida, nesta monografia, será efetivamente argumentada com o auxílio de mecanismos que favoreçam o fortalecimento de sugestões e o aprimoramento de atividades que promovam a integração da pessoa portadora de deficiência visual.

### **1.1 O Problema**

Uma Instituição de caráter filantrópico e assistencial, pode representar uma controvertida ação junto àqueles que dela se beneficiam: por um lado o auxílio social, com o suprimento das necessidades materiais básicos, para sua sobrevivência; por outro lado, as implicações que geram inúmeros problemas.

Problemas estes relacionados principalmente, com o fato destes clientes ali abrigados, serem portadores de cegueira e deficiência visual, exigindo assim uma estrutura organizacional dotada de recursos humanos e materiais que correspondem aos propósitos da Educação Especial.

Destacamos entre outros, os mais comprometedores:

1ª - Comportamento da pessoa portadora de Deficiência Visual, caracterizado na maioria das vezes, como “inutilidade aprendida”, resultante de um estado de passividade,

dependência, mobilidade restrita e condição de segredo, fortalecida pela conceituação distorcida e pejorativa de assistência e amparo.

2ª - O posicionamento da sociedade, frente aos portadores de deficiência visual, mantendo velado e discreto preconceito.

Resistência em aceitar a pessoa portadora de deficiência visual no mercado de trabalho.

3ª - A falta de seriedade científica e profissional, com que é encarada a Equipe Multidisciplinar, dificultando a atuação dos profissionais, e a sua integração com a Instituição.

- O grande volume do trabalho e o baixo salário;

- O trabalho dos voluntários sem treinamento e conhecimento dos rumos norteadores da Educação Especial, muitas vezes invalidam o progresso e o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência visual;

- A ausência e a não participação da família no trabalho de orientação psicopedagógica.

## **1.2 Questões Norteadoras**

A grande demanda do trabalho institucional, aliado às propostas da Educação Especial, deverá estar vinculada com o aprendizado de reabilitação podendo ocorrer, mediante a promoção de um programa objetivo e de qualidade.

A experiência vivenciada no funcionamento de uma Instituição nos leva a questionar sobre sua atuação e o papel que ela desempenha no processo de desenvolvimento sócio-cultural e educacional da pessoa portadora de deficiência visual.

Requer portanto, uma análise crítica dos resultados e efeitos surtidos, uma vez que se faz necessário refletir a Instituição em dois aspectos: o conceito (idéia, noção, doutrina, interesse) e a estrutura, esta encerrando o conceito e fornecendo os meios para trazer ao mundo dos fatos e da ação, uma forma que sirva aos interesses dos homens e da sociedade.

As Instituições não se impõem a si mesmas, e é necessário descobrir porque os homens se conformam às regras sociais, assim como averiguar como estas nascem e quais as circunstâncias que lhes explicam a persistência e as mudanças que nelas se verificam, criada e transmitida pela própria sociedade ela abrange todas as formas preceituadas de relações humanas.

As dificuldades suscitadas pela Instituição, identificam-se pela adversidade de condições sócio-econômicas a que está condicionada, a grande abrangência imposta pelas condições de funcionamento desta Instituição, muitas vezes limita os recursos imperiosamente necessários ao cumprimento dos propósitos ideais de uma Organização Social e Filantrópica voltada simultaneamente para a Educação de seus beneficiados.

Em se tratando de uma clientela, portadores de deficiência visual, as pesquisas têm sugerido que as atitudes diante da incapacidade, estão relacionadas com determinantes situacionais, variando de acordo com o tipo de patologias e causas que levaram à deficiência.

As transformações que devem promover um programa de ação educativa, eliminando mitos e preconceitos sobre deficientes, só poderão ser efetivadas, mediante a preparação da Comunidade, para receber e aceitar estas pessoas deficientes, que tal como as demais, ou seja as pessoas videntes, têm condições de serem preparadas e reabilitadas, para fazer parte ativa dos grupos sociais.

A inadequação da abordagem centrada na pessoa deficiente, reside sobretudo na limitação para liderar a dinâmica psicossocial que envolve a relação entre “o deficiente e o não deficiente”.

Aqui se define a função específica de todos àqueles que compõem a estrutura de uma Instituição desta natureza. Dirigentes, funcionários e profissionais da área específica, conhedores de sua grande responsabilidade, deverão ser preparados para o reconhecimento dos direitos dos deficientes, especialmente quanto ao atendimento educacional. Esta atitude sócio-política é relativamente nova.

Certas restrições impostas ao indivíduo pela natureza do seu distúrbio visual, e certas reações da pessoa dotada de visão para com o indivíduo cego, influenciam o desenvolvimento social, sofrerá a influência destas atitudes e seu potencial violentado pela ignorância e omissão daqueles que contribuíram para a sua auto-marginalização.

Resumindo, poderemos considerar fatores que têm expressiva representatividade, e que precisam ser levados em consideração, na infra-estrutura de uma Instituição Filantrópica, com vistas a reabilitação e o ajustamento do indivíduo portador de deficiência visual.

Fatores estes, de ordem psicossocial, à exemplo de:

- atitude do deficiente frente a sua incapacidade;
- a reação da família diante da deficiência;
- as relações interpessoais;
- o desajustamento social e emocional.

A atitude do deficiente visual frente a sua incapacidade, é explicada pela afirmativa que a maioria das pessoas, incluindo o próprio incapacitado não sabem fazer distinção entre “incapacidade e deficiência”.

“Segundo as teorias de Freud, a maior compreensão do impacto da incapacidade no indivíduo foi sua conceituação do ego, através dos quatro mecanismos de defesa defendidos por ele: repressão, projeção, formação reativa e regressão.”

“Rogers e sua teoria *Self* - defende que todos aqueles sentimentos, avaliações e percepções em direções a si próprio, é que definem quem se é.”

“Kurt Lewin e sua teoria de campo, argumenta que o espaço vital, consiste daquelas coisas de um indivíduo que determinam o comportamento de um indivíduo.”

A reação da família diante da deficiência, caracteriza-se como reação de choque, ao saber da deficiência, e reação de negação, acham que a criança vai ficar boa e fogem a qualquer programa de estimulação.

A deficiência ainda é estudada como existisse por si mesma, instalada no organismo de alguém, isto é, como se determinadas pessoas portadoras ou não de alguma incapacidade, fossem inerentes a não deficiência, independente da significação que é conferida a essas condições, e do fato de estas serem ou não conhecidas publicamente.

Portanto, para atingirmos uma política de integração e reabilitação, não podemos nos esquecer que a educação é processo fundamental, e isto só será possível através da informação correta e esclarecedora do que seja uma pessoa portadora de deficiência ou incapacidade; isto porque, as pessoas portadoras de incapacidade têm larga variedade de experiências a respeito de preconceitos que podem ser sutis e não sutis, demonstrando estes conhecimentos e sentimentos em comportamentos estereotipados.

Assim estabelecido parâmetro, entre os diferentes conceitos e como as pessoas se sentem em relação às situações preconceituais, podemos perceber o comprometimento psicológico e social das atitudes aqui explicitadas, reforçando que todos àqueles que representam uma Instituição desta ordem, inseridos no processo de atendimento aos indivíduos

portadores da deficiência visual, têm que possuir profundo e criterioso conhecimento da deficiência em questão, pois o fato de “alguns” destes membros da Instituição julgarem adversamente incapacidade como uma conotação positiva e a deficiência negativa, estarão fazendo um julgamento distorcido que comprometerá seriamente qualquer proposta de reabilitação e reintegração do deficiente visual.

Levando-se em conta que o deficiente visual ao procurar a Instituição, trouxe consigo a esperança e expectativa de novos rumos à sua vida, e sendo atendido por um julgamento distorcido ou predominantemente piedoso,

- reação de revolta, o médico é o culpado, o tratamento foi ou está errado;
- reação de ocultamento, fogem da sociedade porque todos olham a criança cega.

## **2. Objetivos**

### **2.1 Objetivos Gerais**

- a) Questionar os fatores de ordem organizacional, social e psicológica, no contexto da Instituição que abriga e ampara o deficiente visual;
- b) Estabelecer parâmetros entre os mecanismos adotados pela Instituição e os princípios norteadores da Educação Especial;
- c) Prover teoricamente, um programa de amparo ao deficiente visual com propostas educativa e reabilitação que fortaleçam a estrutura organizacional e funcionamento da Instituição;
- d) Exemplificar a teoria de um programa de interação educativa e social, compatível com as necessidades prioritárias do deficiente visual;

e) Avaliar as intenções teóricas e práticas do tema proposto, tendo em vista a conscientização de autoridades e todos àqueles que estão envolvidos com o processo de desenvolver a educação especial.

## **2.2 Objetivos Específicos**

- indicar os fatores que caracterizam problemas de caráter psicossocial na reabilitação de deficiente visual;
- defender os princípios teóricos que asseguram a prática de metodologia adequada aos deficientes visuais;
- sugerir métodos e técnicas na área de educação especial, respaldando a dupla função da Instituição (socializar e reabilitar);
- projetar o tema sugerido, tendo por base a realidade vivenciada e a teoria estudada.

## **3. Metodologia**

### **3.1 A Metodologia e a Institucionalização**

Este tema abordará dois níveis de abrangência, o primeiro trazendo uma reportagem teórica de informações obtidas junto ao pessoal da Instituição, com vista a transcrição de uma visão global do funcionamento e organização da Instituição; o segundo, uma crítica intelectual que deverá apresentar argumentos e concepções que justifiquem as indagações, os questionamentos e a polêmica levantada.

3.2 A Metodologia como tema de abordagem intelectual, deverá basear-se e ser enfatizada em fontes de informações sócio-culturais, informações extraídas dos tratados gerais, artigos e revistas, consulta a livros dos assuntos específicos da área de educação especial (particularmente a deficiência visual), bibliografias relacionadas com tratados de psicologia, sociologia e pedagogia.

Uma análise crítica intelectual deverá ser a tônica de todo o trabalho, enfocando de forma significativa os fatores interligados com as diretrizes normativas do funcionamento, objetivos e propósitos de uma Instituição que além de amparar e assistir tem sob sua responsabilidade social o indivíduo portador de deficiência visual.

Na linha intelectual deverá ser utilizado enciclopédias, dicionários, glossários, catálogos, publicações e impressos que não só elucidam os conceitos e a comunicação, mas sobretudo, sugiram atualização e aprimoramento da metodologia empregada no contexto das instituições organizacionais.

Tomando por base teórica e dialética como procedimento de análise, reflexão e comparação.

Na busca desta teoria e esclarecimento científico foi tomado por embasamento a literatura referente às Instituições, Relações Humanas e Educação Especial.

A prática do confronto entre teoria e a prática por meio de entrevistas com profissionais da área, escolares da educação especial, e pessoal envolvido com a Instituição e o trabalho da educação especial.

#### ***4. Definição de Termos***

Lógica Dialética - estudo das relações mais gerais que existem na natureza, na sociedade, no pensamento humano.

Instituições - significam padrões normativos que definem o que se entende por ... modos de ação ou relação social adequados, legítimos ou esperados ... tais normas ou regras penetram todas as áreas da vida social.

As Instituições são conceituadas como um conjunto instituído de atos ou de idéias que os indivíduos encontram a sua frente e que se impõem mais ou menos a eles.

A Instituição é em suma, na ordem social, aquilo que a função é na ordem biológica, e da mesma forma que a ciência da vida, é a ciência das funções vitais.

Instituições - compreende-se por instituições grupos sociais oficiais: empresas, escolas, sindicatos; sistemas de regras que determinam a vida desses grupos.

Grupo Social - um certo número de indivíduos, vivendo um processo de interação.

Organização - designa um ato organizador que é exercido nas Instituições.

Organização - a ação interior por meio da qual é definido as suas estruturas; ação dos homens na sociedade ligadas entre si (interação).

Interação - é um fato resultante de dois ou mais indivíduos em contrato, com interpenetração de consciências.

Educação Especial - atendimento diferenciado.

Deficiência - no sentido restrito, a palavra significa uma desvantagem que limita ou impede o desempenho de uma função ou papel que seria normal, (dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais), para àquele indivíduo.

Defeito - qualquer perda ou anormalidade de uma função e ou estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica.

Incapacidade - qualquer restrição ou falta de habilidade para executar uma dada atividade de forma ou dentro do padrão, considerado normal para o ser humano (resultado de um defeito).

Reabilitação - conjunto de medidas e processos médicos que procura suprimir, atenuar ou compensar deficiências físicas e mentais, aproveitando plenamente a capacidade física mental e profissional dos pacientes.

Ajustamento - pressupõe uma extensão de significados, desde a simples demonstração de comportamento apropriado na interação social até a interrelação de um aspecto de si mesmo com outro, a perspectiva da vida da pessoa.

Aceitação e adaptação às exigências usuais da sociedade em que o Indivíduo vive.

Terapia - utilização de procedimentos que visem à cura de doenças ao aperfeiçoamento ou readaptação de habilidades e funções orgânicas, ou ao ajustamento social e emocional do indivíduo.

Visão - relação sensorial visão-músculo-labiríntico, função desempenhada pelos olhos; uso coordenado dos dois olhos, para produzir uma imagem visual única.

Visão Binocular - visão que os dois olhos atuam em conjunto, fixando-se no mesmo ponto.

Reeducação Visual - estimulação visual - reeducação apropriada que educa os movimentos úteis ou desenvolve compensações que ajudam a equilibrar o *déficit* da visão.

## CAPÍTULO II

### *1. Fatores de Organização e Historização da Instituição*

#### **1.1 Origem e História da Instituição**

O Instituto Paranaense de Cegos foi fundado em 1<sup>º</sup> de fevereiro de 1939, com personalidade jurídica, sede e foro em Curitiba, atualmente localizado à Avenida Visconde de Guarapuava, 4.186 - bairro Batel.

Instituição de caráter filantrópico sem fins lucrativos, foi denominado na época de sua fundação, como “Instituto Paranaense de Instrução e Trabalho para Cegos”.

Seu patrimônio social era composto de duzentos mil reis.

Em 20 de janeiro de 1940, foi realizada a primeira proposta de aula especial para crianças, filhos de cegos; ensinamento de história pátria e braille.

Em 06 de abril de 1940 - foi inaugurada a Escola de Alfabetização com o nome de “Benjamin Constant”, com apenas quatro alunos e um professor.

Em janeiro de 1941 - o “Instituto Paranaense de Instrução e Trabalho para Cegos” passou a chamar-se “Instituto para Cegos Benjamin Constant”.

Finalmente em 03 de novembro de 1946 - ficou definido o nome da Instituição, “Instituto Paranaense para Cegos” proposta de mudança do nome, pelo então Presidente Dr. Salvador de Maio.

Neste mesmo ano, foi dado à Escola o nome de “Escola Braille Máximo Asinelli”, em homenagem a este professor que muito fez pela Escola.

Após sua morte, foi dado à Escola o nome de Escola Prof. Osny Macedo Saldanha, em homenagem a pessoa do professor Osny Macedo Saldanha que muito dedicou-se pelos deficientes visuais e cegos.

## **1.2 Caracterização Física e Composição Organizacional**

a) A Instituição está localizada na Avenida Visconde de Guarapuava, nº 4.186. bairro Batel.

Funciona em um prédio próprio do Estado, cedido por regime de comodato para uso do Instituto, com área construída de 3.403,12 m<sup>2</sup> e 1.825,94 m<sup>2</sup> de área livre.

Fazem parte do conjunto, um prédio de alvenaria, que é a parte central da Instituição, abrigando o serviço administrativo e dormitórios; dois prédios em alvenaria, que são utilizados para residências, e um prédio próprio do Instituto, de alvenaria, com todos os requisitos exigidos para o adequado funcionamento da Escola de Ensino de 1<sup>º</sup> grau Prof. Osny Macedo Saldanha.

b) Instituição particular de caráter filantrópico, mantém-se através de diversos convênios: L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência) Departamento de Educação Especial - Secretaria do Estado da Educação.

Recebe subvenções sociais da Fundação de Promoção Social do Paraná.

Contribuição do quadro associativo, carnês, renda de aluguéis e oficina de vassouras e Artesanato, colaboram com a manutenção da entidade.

c) Caracterização da Clientela

Número de internos → 86

Número de assistidos externos → 60

Moradia e alimentação:

10 dormitórios

02 salões de refeição (2)

01 cozinha - cozinha industrial

02 dormitórios - enfermaria

01 enfermaria

01 farmácia

01 gabinete dentário

01 consultório oftalmológico

01 consultório médico

01 sala de música

02 salas de fisioterapia

01 salão nobre

01 escritório; 01 sala de secretaria; 01 sala de tesouraria

01 lavanderia; 01 rouparia

01 prédio moradia das religiosas Fr. da ordem São Vicente de Paula

\* capacidade para acolhida de 160 deficientes visuais.

e) Alimentação

Quatro refeições diárias são fornecidas: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar.

Totalizando uma média de seiscentas (600) refeições diárias.

f) Vestuário: toda a assistência é dada com relação ao vestuário, provendo o uso de trajes adequados às condições climáticas, além de cobertores, roupas de cama e banho, calçados e o que for necessário.

g) Composição Organizacional Administrativa:

\* Diretoria Executiva composta de:

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretário

2º Secretário

1º Tesoureiro

2º Tesoureiro

Diretor Educacional Diretor Interno - Diretor Administrativo

Conselho Deliberativo - composto de (21) vinte e um membros efetivos e (12) doze membros suplentes.

\* Equipe Técnica:

01 Assistente Social

01 Psicóloga

01 Pedagoga

01 Médico Oftalmologista

01 Médico Clínico Geral

01 Enfermeira

01 Dentista

h) Composição Docente - “Centro de Atendimento Especializado” (Professores de Educação Especial):

02 Professores de Orientação e Mobilidade

02 Professores de Estimulação Visual

02 Professores de Educação Física e Psicomotricidade

01 Professor de Atividade da Vida Diária

01 Professor de Educação Artística

02 Professores de Braille

02 Professores de Sorobã

08 Professores de Regência de Classe

“Centro de Atendimento Especializado” fundado em agosto de 1990, projeto de atendimento especializado e diferenciado, às pessoas e escolares portadores de deficiência visual.

Funcionamento nas dependências da “Escola Osny Macedo Saldanha” anexa ao Instituto Paranaense de Cegos.

Seu funcionamento no período da tarde, está aberto à comunidade de Curitiba e do Paraná, seguindo orientações e normas legislativas, bem como técnicas do Departamento de Educação Especial, Secretaria do Estado da Educação.

## CAPÍTULO III

### I. Fatores de Ordem Social, Psicológica e Pedagógica

#### *1. Fatores de Ordem Social e Psicológica*

Qualquer análise de instituições e comportamento das relações que prevalecem entre elas, deve portanto, tomar em consideração o fato de que tanto a definição de normas sociais, quanto a descrição da conduta real amiúde se referem a uma área de comportamento em torno de alguma tendência central.

Esta tendência central, inicialmente pode ser interpretada como forma de sobreviver aos desafios impostos pela deficiência em questão. Esta sobrevivência está definitivamente ligada à procura de um abrigo, uma vez que, a condição do deficiente visual interno é de pobreza material, abandono familiar, ou falta de recurso para tratamento da deficiência comprovada.

Levando em conta esta tendência central, os mecanismos adotados pela Instituição ainda são influenciados pelas normas e regras sociais de origem histórica, embora já existam perspectivas de aprimoramento destes mecanismos.

A relação do processo de institucionalização com a educação especial, pode expressar a necessidade de conscientização da comunidade deste mesmo processo, uma vez que esta conscientização está intimamente ligada aos problemas da educação.

Em se tratando de uma Instituição particular que mantém uma clientela em regime de internato e proporciona diferentes situações da vida diária, os mecanismos surgem desde a modalidade de ingresso até os critérios adotados para aprovação de permanência na Instituição.

Estes mecanismos são expressados por meio das seguintes:

- comprovante de renda familiar que justifique a necessidade de amparo e assistencialismo;
- para as crianças e jovens, a condição de estudar e ser preparada para o trabalho;
- os deficientes visuais que não trabalham e não estudam (em geral deficientes da 2ª e 3ª idade) devem participar do processo social e da readaptação, prestando serviços na Oficina de Vassouras e Artesanato (confecção de esteirinhas e sacolas).

No entanto, é sabido que a Educação Especial tem como finalidade básica proporcionar às pessoas portadoras de excepcionalidade, condições que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades.

De acordo com o princípio da normalização e o movimento da *mainstreaming*, as tomadas de decisão no campo de Educação Especial, devem considerar que a tendência atual é de educar a criança excepcional tão perto quanto possível da normal.

No marco da direção institucional é comum a desconfiança de que os técnicos, não compreendendo os humanísticos interesses dos dirigentes, em geral leigos, venham a desvirtuar o que é necessário para garantir a manutenção do que é considerado importante para a sobrevivência da Instituição.

Tal posição dos dirigentes, podem por outro lado, considerar que muitos técnicos são levados a acreditar que certos fechamentos e negativas para determinadas atividades objetivam garantir e segregação perpetuadora de dificuldades pessoais negadas.

Tornar-se adulto, superar desafios com coragem, habilidade e sabedoria, para conquistar um espaço no mundo do homem, ajustar-se pessoal e socialmente, também constitui para ele o “deficiente visual” uma forte expressão de vida tal como o vidente.

A estabilidade e a consistência são de grande importância na educação do “deficiente visual”, contribuindo significativamente para seu ajustamento, auto-realização, aprendizagem, integração social e independência.

Novos conhecimentos, à luz dos princípios de normalização foram surgindo, assim, o conceito de excepcional, estático e permanente deu lugar a uma visão dinâmica e humanística do excepcional.

Antes de ser excepcional, diferente, ele é pessoa com direitos e deveres iguais aos demais seres humanos, precisando que lhe sejam conferidos as mesmas condições de vida dos demais seres humanos.

É o antidogma (Mikkelsen, 1978) da segregação.

“Normalização não significa tornar o excepcional normal, mas que a ele sejam oferecidas condições de vida idênticas às que outras pessoas recebem”.

Ao mesmo tempo é preciso ensinar ao deficiente a conviver com sua deficiência.

Ensiná-lo a levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que se vive.

A partir de movimentos de renovação de novas concepções filosóficas e sociológicas, tornaram viáveis outras formas de atendimento.

Dybwad (1978) sintetiza nos seguintes aspectos as renovações introduzidas, de caráter social, psicológico e administrativo:

\* do monopólio médico para ação integrada com serviços de educação e reabilitação e de serviço social, isto é, ação interdisciplinar no atendimento ao excepcional.

\* da Instituição como um recurso dominante. Para a Instituição como parte dos recursos da comunidade, incentivando-se os aspectos sociológicos, administrativos e educacionais, ressaltando-se a visão humanística dos serviços de Educação Especial.

\* do controle governamental centralizado à descentralização de decisões, estudando-se as condições e necessidades locais, regionais e individuais, como indicadores para um plano de ação na área da Educação Especial.

\* do sistema escolar acadêmico e exclusivo, para um sistema mais aberto e humanístico, mais voltado para a vida e para a comunidade onde cada educando vive.

\* da reabilitação vocacional restrita à habilitação e ou reabilitação humana como um todo, aproveitando-se em todo o ser que precisa de novos recursos de integração, a sua potencialidade, com a qual pode contribuir para a sociedade em que vive, e chama atenção para os critérios de “elegibilidade” afirmando que todos são elegíveis como seres humanos.

\* da caridade para o direito: o atendimento ao excepcional é área integrante e normal de todo sistema global de assistência social para todo e qualquer ser humano.

\* do controle e decisão dos pais aos direitos dos excepcionais, que são cidadãos com seus próprios direitos, os quais devem ser respeitados.

Há então a “normalização” do poder dos pais sobre seus filhos excepcionais.

A integração pode ser importante fator para fazer surgirem reformas exigidas no campo da Educação Especial.

Níveis de integração social, devem ser relevantes para a adoção de medidas de atendimento e direcionamento da pessoa portadora de deficiência.

a) Proximidade física - refere-se a distância espacial, entre o excepcional e o grupo de pessoas ou crianças normais.

Nem sempre é necessário proximidade física como pré-requisito para aceitação social.

b) Conduta interativa - refere-se à comunicação verbal, gestual ou física, entre duas ou mais pessoas.

A falta de esclarecimento e a baixa renda dos familiares forçam o encaminhamento dos deficientes visuais para o asilo e instituições de caráter filantrópico e assistencialista.

Na Instituição por falta de recursos suficientes, fica limitado e restrito atividades da vida diária tornando-se os deficientes dependentes de outras pessoas, até mesmo nas práticas de higiene, vestuário e alimentação.

Atividades de lazer que deveriam proporcionar diferentes alternativas, considerando inclusive a faixa de idade, os interesses, as necessidades físicas, orgânicas e biopsicossociais ficam fragmentadas.

Atividades de lazer ficam limitadas a audição de rádio, um ou outro passeio, eventuais visitas de parentes e amigos.

A ociosidade, a superproteção, a independência culposa, a ideologia familiar, constituem indícios severos da insuficiência da prática de programas de reabilitação e ajustamento do deficiente visual.

\* O deficiente visual é tido como incomum, anormal, fora da norma do padrão, atraindo sobre si, atenção exagerada, pois a capacidade intelectual e a deambulação são valores inestimáveis.

O desenvolvimento de uma criança, supõe a integridade dos aparelhos sensoriais e motores.

Na criança deficiente, o funcionamento destes aparelhos se encontra alterado, e conseqüentemente limitado sua expressão, comunicação.

Esta limitação exige o desenvolvimento de atividades compensatórias que permitam suprir por outros meios as funções ausentes.

O desenvolvimento cognitivo e intelectual estarão seriamente comprometidos em razão desta limitação e destas atividades compensatórias.

Apesar da Instituição possuir uma estrutura teoricamente completa, carece de mecanismos metódicos e recursos psicopedagógicos que supram as necessidades de reabilitação.

Mecanismos de alternativas que suportem a complexidade que representa a deficiência visual.

## **2.2 Programa de Amparo**

A conquista de uma política social e educacional, voltada para a nova concepção do deficiente visual, deverá ser fruto do permanente confronto entre as teorias da aprendizagem, as pesquisas da sociologia, filosofia e psicologia.

Quando se refere a aprendizagem e ao programa de amparo, deve estar subentendido as correntes psicológicas que através dos tempos, têm acionado a formulação e reformulação de conceitos.

Diante de uma sociedade ainda marcadamente preconceituosa, da força capitalista dominante, há que se recomendar a promoção de programas de amparo, no sentido de permitir ao deficiente visual a verdadeira integração, quando conquistada for a aceitação recíproca, convívio espontâneo e receptividade natural entre as pessoas em todas as situações e circunstâncias de vida.

As possibilidades devem ser para cada indivíduo, suficientemente numerosas e variadas, para se adaptarem à sua personalidade, sua formação, seus preconceitos e preferências.

A exemplo de outras Instituição, o Instituto Paranaense de Cegos, abriga uma clientela composta de diferentes faixas etárias, exigindo portanto, recursos e mecanismos diferenciados para atendimento e orientação especializada.

A programação de amparo posta em prática na Instituição referenciada, é a seguinte:

- a) Centro de Atendimento Especializado → atividades de lazer, recreação e reabilitação;
- b) Atividades de Musicoterapia → estagiários do Curso de Educação Musical - Faculdade de Educação Musical;
- c) Atividades de Aprendizagem de Instrumentos Musicais → professora especializada em Música;
- d) Convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
Projeto Linha Ofício  
Curso → Almoxarife - para portadores de visão sub-normal;
  - Serviços Gerais - deficientes visuais;
  - Culinária - deficientes visuais;
- e) Parceria Social com Assoma → ensino de esteirinhas e sacolas, para os meninos de Curitiba, abrigados naquela Instituição;
- f) Sessões de Psicologia → atendimento individual e coletivo;
- g) Sessões de Fisioterapia → atendimento diferenciado;
- h) Atendimento especializado e diferenciado nas atividades de reforço de aprendizagem, estimulação visual e atividades da vida diária.

Mecanismos compatíveis com os interesses e necessidades da clientela em questão, são os diretamente responsáveis pelas transformações de conceitos, pré-concebidos e

preconceituosos, ainda existentes, devedores de programas metodológicos que respondam as medidas preventivas permitindo a reabilitação.

As atividades de confecção de esteirinhas, sacolas, vassouras e outras espécies, no programa de amparo e reabilitação, representam a aplicação de mecanismos que põem em permanente processo de desenvolvimento, dos sentidos, favorecendo a sistematização de aprendizagem profissional, preparando-os inclusive para o mercado de trabalho.

## CAPÍTULO IV

### *1. Avaliação das Atividades praticadas pela Instituição*

#### **1.1 Avaliação no âmbito da dimensão social e psicológica**

Considerando a diversidade de situações de ordem administrativa, social e pedagógica, ainda constitui uma série de problemáticas, a avaliação da Instituição.

Isso porque:

- \* o confronto entre o antigo e o novo

- \* a conquista de uma política educacional voltada para a nova concepção do deficiente no contexto, são argumentos suficientemente indicadores de um processo de avaliação que fica seriamente comprometido em seus resultados.

Analisar a dimensão social que envolve a educação especial neste contexto, significa interpretar a repercussão que terão os efeitos dos mecanismos inseridos na dimensão social deste mesmo contexto.

Regido por normas e regulamentos estabelecidos em Estatutos e Regimentos Internos, reformulados desde sua fundação, a prática institucional do Instituto Paranaense de Cegos sofreu um significativo e histórico processo de mudança.

Na mesma ordem de idéias, esta análise apresenta dificuldades para determinar-se, do ponto de vista das estruturas, a especificidade dos papéis dos profissionais em relação ao desempenho que ali operam.

A realidade em que operam os profissionais, e a relação que existe sobretudo às normas e aos valores, que predominam, dificultam significativamente atingir os propósitos da reabilitação do deficiente visual.

Naquela entidade é constatado que a equipe técnica, constituída de profissionais especializados, revida esforços para resgatar a conquista de uma política educacional voltada para a nova concepção do deficiente.

No entanto, uma análise crítica construtiva, se faz fundamental, para que se possa concretizar a prática desta concepção nova e educativa.

O Serviço Social, é ainda pouco percebido por outros elementos envolvidos no processo de reabilitação, elementos estes caracterizados como funcionários de um modo geral, e os próprios profissionais qualificados, todo o contingente engajado no processo social em questão.

Na prática do “dia a dia” é constatado que o trabalho do Assistente Social demonstra uma absorção de seu tempo em preocupação com a casuística, dificultando e por vezes impedindo uma visão mais realista do problema social que envolve o deficiente visual.

Esta atitude dificulta a compreensão das reais funções do Assistente Social, inclusive seu papel junto à equipe multidisciplinar.

Evidencia-se assim, a necessidade do conhecimento da realidade institucional, como instrumento indispensável para a elaboração de propostas adequadas a intervenção profissional, sem que isso provoque a distorção destas mesmas propostas.

Observa-se uma certa discrepância entre o papel do Serviço Social enquanto disciplina e as funções assumidas pela profissional, frente às realidades sociais e institucionais.

Embora o Serviço Social dirija sua ação terapêutica para o atendimento à família do portador de deficiência visual e para a comunidade, há necessidade de um compromisso mais

claro e definido das partes envolvidas no processo de intervenção do Serviço Social em relação à problemática educacional do deficiente visual.

Constata-se também a dificuldade de acesso da família aos serviços disponíveis na organização institucional.

Nestas mesmas condições, pode ser incluído o psicólogo, profissional de grande importância no processo de reabilitação do deficiente, através da orientação, acompanhamento e avaliação de atitudes de ordem psíquica, emocional e social.

A ação do psicólogo também sofre um processo de dependência administrativa e institucionalizada, condicionada as necessidades de:

- garantia de mais espaço dentro da equipe médica;
- maior intercâmbio com profissionais da área de educação especial, através de informações e troca de experiências;

o papel da educação é constituído de mecanismos que devem nortear esta dimensão, da qual as pessoas portadoras de deficiência nela estão inseridas, e portanto estarão sempre influenciadas pelos elementos físicos, sociais e psicológicos.

Os elementos físicos tais como: lar, meio ambiente, meios de mobilidade, locais de estudo, trabalho e recreação.

Os elementos sociais representados pela família, amigos e colegas de trabalho, acrescentado por elementos psicológicos como interesse e metas profissionais.

Essencialmente importantes os relacionamentos funcionais ou temporais.

Se entendermos a educação como processo mediador na prática social global, suas determinações não podem ser vistas de modo mecanicista, seja pela via assistencialista seja pela via clínico-tecnicista.

## **1.2 Avaliação no âmbito da Dimensão de Aprendizagem Cognitiva - Análise crítica**

1.2.1 O funcionamento institucionalizado da Escola Osny Macedo Saldanha (ensino regular de 1ª à 4ª série de 1º grau) e o Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais no Instituto Paranaense de Cegos, representa uma forte contribuição avaliatória a nível de educação informal e formativa.

A julgar pelas diferentes características que uma e outra possui, uma análise criteriosa dos mecanismos que constituem sua infra-estrutura, faz-se necessária.

Levando-se em conta a multiplicidade de decisões avaliatórias exigidas pelo processo educacional e as diferentes características que envolvem o indivíduo, e os grupos simbolizados pelo deficiente visual, a intenção deste trabalho, é buscar e expor idéias centrais que retratem uma realidade comprovada.

A Escola é formada de um corpo docente muito maior que o Centro de Atendimento Especializado para Deficiente Visual.

No campo delimitado do desempenho profissional, algumas variáveis evidenciam-se em contrapartida a dois processos institucionais distintos: A Escola como forma ativa de informar, e o Centro de Atendimento Especializado como forma operante de reabilitar.

A primeira identificada pelas atribuições tradicionalmente reservada pela administração pública estadual, que passa a chamar para si, no desempenho de sua função, as tarefas de ensinar e informar.

O segundo, num processo cada vez mais crescente de alargamento de opções e alternativas, tendo em vista a modalidade de reabilitar e integrar.

A Metodologia docente: inadequada e incompatível com os princípios que regem e desenvolvimento físico, psicossocial e afetivo do aluno, deficiente visual.

Uma revisão crítica das estratégias de capacitação centrada na complexa trama de relações que se produz entre capacitação e prática docente, referidas de um lado, ao discurso que as fundamenta e, do outro, a realidade dentro da qual se realiza.

Uma realidade escolar, demonstrando um ensino excessivamente teórico, prevalecendo uma metodologia tímida e desmotivante, destacando-se a estimulação auditiva (em excesso) como único recurso de aprendizagem; memorização sistemática, adoção de questionários tecnicamente ineficientes e educativamente impraticáveis.

Há uma tendência acentuada para a limitação de idéias e da criatividade do aluno, quando do emprego do método braille e sorobã.

Isto vale dizer, que o recurso metodológico braille e sorobã, é usado para efeito de estudo e pseudo-aprendizagem.

O desenvolvimento cognitivo e a capacidade intelectual está na dependência das experiências reais com o concreto e sua relação com o abstrato.

Um ponto de transcendental importância na elaboração de uma ou mais estratégias de capacitação é precisamente definir o tipo de relação que se espera que o professor estabeleça com sua própria prática.

No ensino especial o professor tem a mesma responsabilidade com estas estratégias, vai muito mais além, o desempenho de suas funções, está atrelado a uma reflexão crítica do que representará sua atenção numa complexa trama de relações interdependentes.

O pensamento aprisionado do Professor o impede de interpretar de maneira compreensiva a sua própria prática e de aprender com sua própria experiência.

Este “pensamento aprisionado” do professor obriga-o, ainda que inconscientemente, a favorecer processos de aprendizagem que atrofiam a capacidade de raciocínio e abstração de seus alunos, ao invés de potencializá-las.

Estímulos físicos e sensoriais (para os sentidos normais remanescentes) terão que ser inicialmente instituídos.

Em se tratando do método, é sabido que, as habilidades adquiridas (supostamente desenvolvidas) desde o nascimento do deficiente visual, deverá proporcionar a ele condições de associar e relacionar a aprendizagem mecanicista de utilizar o braille com a significação de um código configurado.

Em caso das crianças em idade escolar, internas na Instituição, há de que se preocupar quando a realidade comprova a total ausência de uma experiência com estímulos físicos e sensoriais.

A aprendizagem experimental de conhecer pessoas, discriminar objetos e situações, através do tato, audição, olfato e demais sentidos, representam caminhos para indicações não visuais.

Lidar com limites reais e não imaginários, bem como aprender a lidar com mecanismos fundamentais, precedendo um método mais complexo, tal qual o braille e o sorobã.

As experiências concretas além de permitir maior segurança emocional, estimulam a curiosidade intelectual fortalecendo a forma de ação de conceitos.

A própria estrutura física, ou seja, o desenvolvimento motor do aluno “deficiente” estará colocando em risco o sucesso de sua aprendizagem, caso ele não tenha desenvolvido adequadamente os movimentos próprios para a manipulação do material, exemplo: preensão, destreza e percepção tátil.

## ANEXO I

### 1.3 A Metodologia de Avaliação

A metodologia de avaliação proposta da monografia tem sua linha básica em dois processos distintos: o primeiro, caracterizado por intermédio da verbalização progressiva, e o segundo, pela demonstração teórica da prática observada e investigada na Instituição.

Assim sendo, a aplicação da técnica de entrevista, vem expressar os elementos e dados consubstanciados na recíproca de indicadores que venham a comprovar sua valiosa contribuição, promovendo o norteamento de prováveis soluções e ou alternativas para a organização e funcionamento desta mesma Instituição.

As fichas de entrevista utilizadas foram as abaixo apresentadas:

#### **Ficha nº 1 (para pessoal envolvido e profissionais da Instituição)**

Nome: iniciais

Qualificação Profissional:

Tempo de Serviço na Instituição:

#### **Perguntas:**

- 1) Acredita que o Instituto Paranaense de Cegos, contribui para a reabilitação do deficiente visual? Sim ou Não.
- 2) Caso responda Sim, Justifique.
- 3) O que você entende, por deficiente visual?
- 4) Você acredita que o deficiente visual, é capaz de aprender uma profissão, e nela trabalhar?

5)Concorda que a Sociedade ainda mantém preconceito, em relação ao deficiente visual?

**Ficha nº 2 (deficientes visuais)**

Iniciais do nome:

Escolaridade - grau:

Escola:

Idade:

Tempo na Instituição:

Ocupação:

Local de trabalho:

**Perguntas:**

1) Como você foi encaminhado para a Instituição? Por intermédio de quem...

pais

familiares

amigos

autoridades

2) Você gosta do convívio da Instituição? Sim ou Não. Justifique.

3) Como foi recebido na Escola que estuda, quando nela ingressou?

5) E hoje, após uma temporada de convívio, como é o relacionamento na Escola?

(Colegas, professores, funcionários, etc.)

6) Quais as dificuldades que enfrenta no “dia a dia” escolar?

7) Participa de alguma atividade em funcionamento no Instituto Paranaense de Cegos? Qual? Ou Quais?

8) Acha que esta ou outras atividades contribuem para o teu crescimento intelectual, e sobretudo para tua convivência com os videntes?

9) Frequenta outros locais que ofertam aprendizado e experiências significativas para você? Onde? Qual ou quais atividades?

10) O que pensa você, em relação ao trabalho?

a - acha que será difícil conseguir um emprego por causa de sua deficiência visual.

b - no caso de concordar com a afirmativa feita, explique porque.

11) Concorda, que a Instituição onde convive o maior tempo de sua vida, possa contribuir para a tua reabilitação?

12) Como pode acontecer essa contribuição?

### **O Resultado da Entrevista e as Contribuições**

Embora as palavras que constituem o tema, consideradas individualmente, sejam claras quanto a sua significação, a idéia que elas sugerem no conjunto, revela-se de uma grande complexidade ao tentar fazer-se sua abordagem.

O tema em questão prestou-se a análise e considerações que naturalmente supõe uma forma de retratação prática no que diz respeito, ao confronto teórico com a prática.

Assim sendo, o resultado da entrevista realizada expressará simbolicamente a confirmação das idéias defendidas e questionadas, uma vez que as respostas configuram uma realidade constatada.

Vinte e quatro profissionais atuantes na Instituição foram entrevistados;

22 profissionais acreditam que a Instituição contribui para a reabilitação do deficiente visual

Dois (02) embora tenham respondido que acreditam na contribuição da Instituição no processo de reabilitação do deficiente visual, demonstraram insegurança na resposta.

Com relação à pergunta número três, ou seja, definição do que seja deficiente visual, embora com palavras diferentes todos os profissionais expressaram sua interpretação, comprovando que necessário se faz esclarecer e informar a sociedade, neutralizando a tendência para o estigmatismo.

## ANEXO II

### *1.4 Avaliação das Atividades desenvolvidas na Instituição*

- Um dos aspectos importantes do diagnóstico, consiste em fornecer dados e informações úteis e coletivas que possam ser utilizadas afim de encaminhar adequadamente pessoas portadoras de deficiência visual para diversos atendimentos.

- Outro aspecto a ser considerado no processo diagnóstico é o referencial evolutivo, pois dele advirão os parâmetros da avaliação de adequação dos comportamentos e reações dos indivíduos nas diversas etapas evolutivas.

O objetivo central de uma avaliação com estes princípios seria, partir do conhecimento do indivíduo e da patologia de suas relações com o mundo exterior e não somente o estudo dos processos patológicos com o fim de contribuir ao processo de interatividade do indivíduo portador da deficiência.

Dentre as dificuldades apontadas nessa área, destaca-se os problemas de ordem afetiva e emocional, com que se depara o deficiente visual, principalmente na 2ª e 3ª idade.

As relações interpessoais:

As pesquisas de Siller (1976) sugerem que as atitudes para com a incapacidade são complexas, mas que existem componentes subjacentes, essencialmente negativos, nessas atitudes. Entre as incapacidades físicas a cegueira tende a ser a mais negativamente avaliada.

Gowann 1957, Whiteman e Lukoff, 1965

A abordagem experimental nos estudos sobre relações interpessoais entre pessoas incapacitadas e não incapacitadas é potencialmente eficaz no isolamento de meios para modificar atitudes.

Algumas das literaturas que tratam das relações interpessoais com pessoas incapacitadas, referem que essas interações produzem “interação tensa” ou seja, uma incerteza e desconforto na pessoa “normal” a respeito de como responder à pessoa incapacitada em situações interpessoais.

Kleck, Ono e Hastorf (1966) documentaram que as pessoas não incapacitadas experimentaram “interação tensa” refletidas na manutenção de maior distância física e encerramento da interação mais rapidamente.

Marinelli e Kellz (1973)

As pessoas que interagem com pessoas visivelmente incapacitadas experimentam grande ansiedade.

Davis (1961)

Explorou várias estratégias que as pessoas visivelmente incapacitadas adotam para reduzir a tensão na interação.

Wright (1975) chamou a atenção sobre a presença de uma deficiência não como alguma coisa inerente à pessoa, mas como uma barreira no ambiente restringindo a pessoa incapacitada de interação com as não incapacitadas.

Langer, Fiske, Taylor e Chenowitz (1976) conduziram uma série de experiências através das quais eles tentaram a hipótese de que as pessoas incapacitadas são evitadas devido ao desejo conflitivo (antagônico) da pessoa não incapacitada de “olhar muito” a incapacidade física apesar das normas contra “olhar muito” para as pessoas.

Langer e outros encontraram suporte para sua hipótese e também descobriram que quando a incapacidade “como um estímulo novo” é reduzida, a fuga da interação também é reduzida.

As sugestões de Wright (1975) e as afirmações de Langer sugerem que quando as barreiras ambientais são reduzidas e a pessoa incapacitada entra em lugares públicos previamente negados a elas, “o evitar” de interações interpessoais também será diminuído.

Consulta aos documentos:

- COOK, Daniel W. *Impact of Disability on the Individual*. In: PARKER, Randall M. & HANSEN, Carl E. Rehabilitation Counseling Boston: Allyn and Bacon, 1981. p. 143-162.
- LAMBERT, Robert & WEST, Walcoln. *Parenting Styles and Depressive Syndrome in Congenitally Blind Individuals*. Journal of Visual Impairment and Blindness, Numberg, Nov, 1980. v. 74, p. 333-337.

### ***1.5 Conclusão***

Toda esta reportagem teórica, pautada na experiência e na revisão de literatura traduz a premente necessidade de que todos os profissionais da área, dirigentes de Instituições, autoridades governamentais (quer à nível de Estado, Município ou Particular), reflitam com seriedade e grande responsabilidade social sobre as metas e o direcionamento de mecanismo para a prática da Educação Especial.

Refletir sobre a atual situação de todos àqueles que portadores de “deficiências” não impedem que o sol, reflita a luz, e aqueça a energia ;

- que o trovão pronuncie a chegada da chuva

que deve regar as plantas e o verde da terra;

- que a limitação de suas idéias bloqueiem os gênios que podem criar novas alternativas de pensar e agir; e que as cadeiras de rodas, e os aparelhos paraplégicos limitem a caminhada de quantos e quantos, podem por ela deixar seus rastros e indícios de novas caminhadas.

- jornadas de progresso e projeção do mundo dos “Incapacitados e Deficientes” que um dia foram seus pupilos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Rio de Janeiro, 1989.
2. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO DA CEGUEIRA (I). Prevenção da Cegueira: uma preocupação mundial. Dias, J. C.
3. COOK, Daniel W. Impact of Disability on the Individual. In: PARKER, Randall M. & HANSEN, Carl E. Rehabilitation Counseling. Boston: Allyn and Bacon, 1981. p. 143-162.
4. FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (51.: XV: APAE). Um compromisso com o ser humano. 1988.
5. FLEMING W, Juanita. A criança excepcional. 3ª ed. Editora Francisco Alves, 1978.
6. FUNDAÇÃO AILTON ROCHA. Braille. v. 3, n. 2. Belo Horizonte, jun, 1987.
7. GARCIA M, Consuelo & ALCORTA B, Louis, Fundamentos Sociológicos da Educação de Adultos. Universidade Católica do Paraná - Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 1982.
8. GOLDENSON, Robert M. et al. Psychosocial Aspects of Disability. In: Fundação para o Livro do Cego no Brasil. p.1-9.
9. LAMBERT, Robert & WEST, Walcoln. Parenting Styles and Depressive Syndrome in Congenitally Blind Individuals. Journal of Visual Impairment and Blindness, Numberg, Nov,1980. v. 74, p. 333-337.
10. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria de Educação Especial (3.: 2: Brasília). Excepcionais: como e porquê integrá-los. Brasília, 1989.

11. PATTO DE SOUZA, Helena Maria. Introdução à Psicologia Escolar. 2ª ed. São Paulo: Quieroz.
12. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. UFPR, 1990.
13. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Setor de Educação. Metodologia da Pesquisa aplicada à Educação Especial.

*Janet N. Oronski*